

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**

**AMANDA DO CARMO DE OLIVEIRA PEREIRA**

**PROPORÇÕES DE POBRES POR GÊNERO NO BRASIL: UMA  
ANÁLISE DOS ANOS DE 2004, 2009 E 2014**

VARGINHA/MG

2021

**AMANDA DO CARMO DE OLIVEIRA PEREIRA**

**PROPORÇÕES DE POBRES POR GÊNERO NO BRASIL: UMA  
ANÁLISE DOS ANOS DE 2004, 2009 E 2014**

Trabalho de Conclusão de Piepex apresentado como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel Interdisciplinar em Ciência e Economia pela Universidade Federal de Alfenas.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Me. Ana Márcia Rodrigues da Silva

VARGINHA/MG

2021

**AMANDA DO CARMO DE OLIVEIRA PEREIRA**

**PROPORÇÕES DE POBRES POR GÊNERO NO BRASIL: UMA  
ANÁLISE DOS ANOS DE 2004, 2009 E 2014**

A banca examinadora abaixo-assinada, aprova o Trabalho de Conclusão de Piepex apresentado como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel Interdisciplinar em Ciência e Economia pela Universidade Federal de Alfenas.

Aprovada em:

Prof. °.

Instituição:

Assinatura:

Prof. °.

Instituição:

Assinatura:

Prof. °.

Instituição:

Assinatura:

## **Agradecimentos**

Primeiramente gostaria de agradecer a Deus, por nunca me deixar faltar fé para alcançar meus objetivos, me dar força nos momentos mais difíceis e esperança para nunca desistir de chegar até aqui.

À minha família, que mesmo distante se fez presente a todo o momento, me apoiando, me acolhendo e vibrando comigo cada obstáculo vencido durante todo meu trajeto acadêmico, pelo incentivo para correr atrás dos meus sonhos, por serem minha fortaleza e minha inspiração. Por todo amor e carinho retribuído.

Ao meu grande companheiro, João. Aquele que esteve comigo, desde o primeiro segundo em que descobri que realizaria o sonho de entrar na faculdade. Aquele que correu ao meu lado nos momentos mais difíceis e nos momentos mais felizes, me mostrando que eu nunca estaria só.

Aos meus amigos, que se fizeram presente a cada momento, mostrando que nada no mundo é impossível e que não muito longe iria sem cada um do meu lado.

À UNIFAL, pela oportunidade de ir além em meus conhecimentos, me preparando melhor para enxergar o mundo com outros olhos.

E à minha orientadora, Ana Márcia, que me fez acreditar desde o primeiro momento que a realização deste trabalho seria possível. Pela atenção, paciência e compreensão de sempre.

A todos meu amor e eterno agradecimento.

## RESUMO

A pobreza se refere às pessoas que não possuem condições básicas que lhes proporcionem sobreviver com qualidade de vida, podendo ser caracterizada por diferentes aspectos relacionados ao seu modo de vida como a insuficiência de renda abaixo de uma linha de pobreza. As mulheres possuem desvantagens em termos de renda em relação aos homens, o que torna importante estudar a pobreza conforme o gênero. Assim, este trabalho tem como objetivo analisar as proporções de pobres por gênero no Brasil nos anos de 2004, 2009 e 2014. Para tanto, foram utilizados os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) dos mencionados anos. Foram calculadas as proporções de pobres entre homens e mulheres considerando os seguintes recortes: cor ou raça, diferença na evolução de proporções de pobreza entre pessoas indígenas, brancas, pretas, pardas, amarelas; região, ressaltando a região mais e menos pobres do país, nordeste e sul, respectivamente; mercado de trabalho, comparação entre ocupados, desocupados e não economicamente ativos; escolaridade e o grau de pobreza de acordo com cada nível de ensino; e tipo de família, realizando um comparativo da condição de vida entre mães solteiras com filhos menores e maiores que 14 anos. O estudo permitiu concluir que, em geral, a mulher apresenta maiores índices de pobreza quando comparadas aos homens.

**Palavras-chave:** Pobreza; Proporções de pobres; Gênero; Brasil.

## SUMÁRIO

1 Introdução .....	7
2 O conceito de pobreza.....	8
3 A pobreza no Brasil: uma breve análise .....	10
4 Desigualdade entre homens e mulheres no âmbito da pobreza .....	12
5 Metodologia de análise .....	14
6 Resultados.....	16
7 Considerações Finais .....	23
6 Referências Bibliográficas .....	24

## 1 Introdução

A pobreza é uma condição social e econômica em que se encontra um indivíduo, na qual apresenta carências no atendimento de necessidades básicas. Há meios que permitem identificar se uma pessoa pode ser considerada pobre ou não. Entre eles, se destacam recursos como moradia, educação, assistência médica, água potável, entre outros. Sendo assim, tais elementos permitem medir a pobreza em diversos parâmetros (VASCONCELOS, 2007).

Pode-se classificar a pobreza de duas formas. A primeira denominada pobreza relativa se caracteriza pela ausência de recursos ou renda para satisfazer as necessidades básicas do indivíduo. A segunda denominada pobreza absoluta focaliza as dificuldades de obter condições mínimas de qualidade de vida, como a saúde, nutrição, entre demais fatores. Os indivíduos deste grupo se encontram em um nível inferior ao rendimento mínimo, denominado linha de pobreza, não sendo possíveis terem acesso a bens essenciais (ROCHA, 2003).

Ao se tratar de pobreza é possível relacionar o termo às questões de desigualdades econômicas, sociais e culturais que marcam o Brasil. O país ainda apresenta um nível de pobreza alto e tal contradição se dá pela má distribuição de renda e riquezas entre a população brasileira. A região do Nordeste, por exemplo, sofre uma grande desigualdade em relação às demais regiões, apresentando altos índices de pobreza no país, enquanto o Sul apresenta os menores índices (BARROS; MENDONÇA; DUARTE, 1997, p. 35).

Estudos comprovam que a pobreza afeta o homem e a mulher de forma diferenciada sendo mais aguda para as mulheres (PROBST, 2003; LAVINAS, 1996; OXFAM, 2017). Sendo assim, o estudo se propõe a analisar variáveis referentes às condições e características do povo brasileiro e gerar hipóteses buscando comprovar se a mulher de fato possui índices de pobreza inferiores ou superiores aos homens.

Como metodologia, foram calculadas proporções de pobres utilizando como base de dados a PNAD dos anos de 2004, 2009 e 2014. Estes anos foram escolhidos porque representam um período coerente do ponto de vista de análises de indicadores sociais como valorização do salário mínimo (VIECELI, 2019) e o aquecimento no mercado de trabalho com alto nível de emprego (SABOIA, 2014).

Este trabalho encontra-se estruturado em cinco seções além desta introdução e das considerações finais. Ao longo deste trabalho aborda-se a definição sobre o conceito de pobreza, suas características e classificações, os fatores que permitem estudar e identificar a pobreza.

Além disso, apresenta-se brevemente a situação da pobreza no Brasil e ainda serão descritas algumas diferenças que ocorrem entre homens e mulheres levando em consideração as variáveis que serão estudadas neste trabalho.

## **2 O conceito de pobreza**

No decorrer dos anos, os estudos voltados à pobreza têm crescido significativamente, despertando o interesse político e intelectual a partir do momento em que houve necessidade de definir o patamar que classifica a pobreza entre as pessoas de acordo com suas rendas. A baixa renda é o principal escopo para a definição do termo abordado.

De acordo com os estudos de Pizzio (2010), é possível articular a pobreza à três ideias básicas, sendo elas a subsistência, a necessidades básicas e a privação relativa. A subsistência limita o indivíduo às condições materiais de forma a não alcançar garantia à integridade física. As necessidades básicas se referem à demanda mínima necessária para o acesso aos meios de sobrevivência de forma coletiva, e não individual. Por sua vez, a privação relativa diz respeito ao bloqueio de comportamentos habituais que excluem os indivíduos de se introduzirem na sociedade.

Pode-se entender que a pobreza é classificada devidamente pela falta de garantia de atendimento às necessidades biológicas, ausência de condições mínimas de vestuário, habitação, alimentação, dentre outros. “A discussão sobre pobreza como a conhecemos hoje se iniciou nos países desenvolvidos, após a euforia da reconstrução do pós-guerra, e representou um alerta de cientistas sociais envolvidos com a problemática da sobrevivência de grupos desprivilegiados” (ROCHA, 2003, p.11). A partir de então passa a ser analisada pobreza em diversos países estabelecendo níveis de desenvolvimento produtivo e social distintos, o que resultou no estudo de dois tipos de pobreza: absoluta e relativa.

Pobreza absoluta está estreitamente vinculada às questões de sobrevivência física; portanto, ao não-atendimento das necessidades vinculadas ao mínimo vital. O conceito de pobreza relativa define necessidades a serem satisfeitas em função do modo de vida predominante na sociedade em questão, o que significa incorporar a redução das desigualdades de meios entre indivíduos como objetivo social. Implica, conseqüentemente, delimitar um conjunto de indivíduos "relativamente pobres" em sociedades onde o mínimo vital já é garantido a todos (ROCHA, 2003, p.11).

Considera-se que a linha de pobreza relativa é classificada de acordo com o nível de vida da sociedade dominante em questão. Há uma fronteira que separa os pobres e não pobres

conhecida como linha da pobreza. Esta linha da pobreza<sup>1</sup>, que, em geral, é estabelecida através do nível de renda, varia de acordo com a medida adotada ao mensurá-la e aborda-la. Trata-se, portanto, de um nível abaixo do qual o indivíduo é considerado pobre, sendo as medidas relativas e absolutas as atribuições mais usadas para análise. Uma linha de pobreza absoluta relaciona a ausência de uma situação absoluta de bem estar, independentemente do padrão de vida em questão<sup>2</sup>.

Segundo Rocha (2003, p.175), “uma vez que, periodicamente, se realizam pesquisas de orçamentos familiares no país, há consenso de que são as informações derivadas dessas pesquisas que devem servir de base para o estabelecimento dos parâmetros de renda para distinguir pobres de não-pobres”. Para isso é necessário considerar o âmbito familiar para se entender a pobreza, e não o valor da renda individual, sendo necessário observar o consumo e rendimento da família como um todo. A pobreza tem sido o fator principal analisado para classificar situações de carência social e econômica. “Qualquer um que se debruce sobre a temática da pobreza se depara com extensa bibliografia sobre a sua conceituação e ou mensuração” (PIZZIO, 2010, p.97). Portanto, os níveis sociais irão variar com base nos critérios escolhidos para medir e definir pobreza entre os indivíduos na sociedade.

Na década de 1970 o Banco Mundial passou a dar ênfase à abordagem que diz respeito ao desenvolvimento, e tais relatórios gerados pela instituição vem se transformando em referências ao se tratar de analisar a pobreza. “Sua perspectiva inicial consistiu em elencar um conjunto de indicadores através dos quais pudesse ser definida uma fronteira a separar pobres e não pobres” (PIZZIO, 2010, p.98).

Bradshaw e Finch (2003 apud KAGEYAMA, 2006, p.85) “argumentam na mesma linha, acrescentando que a privação de bens e condições de vida é que constitui o indicador direto de pobreza, sendo a renda apenas um indicador indireto”. Kageyama (2006, p.85) ainda reforça que “a renda é um indicador pouco confiável, pois as pessoas fornecem informações inexatas, os valores não são atualizados, há flutuações ao longo do ano, utiliza-se uma linha de pobreza arbitrária e assume-se uma distribuição igualitária dentro do domicílio.”

Para implementar os estudos ao identificar a qualidade de vida que se encontram o cidadão é possível contar com índices que demonstram números reais das condições de

---

<sup>1</sup> Linha da pobreza: É um limite monetário elaborados para identificar quando um indivíduo vivencia a situação da pobreza. Em uma escala global, foi definido no ano de 2020 que esta linha da pobreza estaria avaliada em US\$1,90, correspondente a R\$ 10,81 (ARAÚJO, 2020).

<sup>2</sup> Rocha (2003, p.12) classifica como extrema pobreza ou linha de indigência não possuir o mínimo necessário para sanar as necessidades nutricionais referente ao caráter essencial das necessidades alimentares. Quando se trata de um conjunto com uma necessidade maior é chamado de linha de pobreza.

vida dos mesmos. Os índices de pobreza se transformaram, desta maneira, em medições instrumentais de carência, quero dizer, vistos de um ponto de vista macrossocial, são constructos sintéticos demasiados pequenos para dar conta de uma realidade complexa e, do ponto de vista micro social, são constructos demasiados grandes para dar conta do conteúdo da carência em termos de ação social que se desenvolve na vida cotidiana (SALGADO, 2005, p. 238 apud PIZZIO, 2010, p. 101).

Por estes motivos, nas abordagens alternativas sobre pobreza, agrega-se um conjunto de critérios além da renda para sua mensuração, como por exemplo, a visão da pobreza multidimensional. Isso significa reconhecer e incorporar várias dimensões ao conceito de pobreza (SILVA; BRUNO; SILVA, 2020). Apesar disso, a mensuração da pobreza por meio da renda ainda é uma forma usual. De acordo com Sen (2000), a renda é uma importante medida de bem-estar, uma vez que é capaz de refletir o padrão de vida de uma sociedade. Sendo assim, “quaisquer que sejam os fundamentos teóricos das formas de abordar a pobreza, a construção de indicadores tende a reduzir e objetivar de modo próprio, e a construir uma representação à qual podemos contrapor outras” (PIZZIO, 2010, p. 101).

### **3 A pobreza no Brasil: uma breve análise**

Ao se tratar de pobreza no Brasil é comum associá-la à fome, porém não é trivial tal associação, haja vista que este fenômeno é definido por meio da renda. O Brasil é um país marcado por desigualdade na distribuição de renda e associado a elevados níveis de pobreza (BARROS, HENRIQUES, MENDONÇA, 2001).

De acordo com Pochmann (2009, p. 5):

Nas últimas três décadas, a economia brasileira registrou quatro importantes movimentos de inflexão desaceleradora do nível de produção, com significativos impactos sobre o consumo, investimento, emprego e renda. No início das décadas de 1980 e 1990, o Brasil conviveu com a recessão. Entre 1981 e 1983, houve a crise da dívida externa, enquanto durante os anos de 1990 e 1992, a queda da produção se deu por conta da adoção de programas de combate à inflação e abertura comercial. Nos períodos de 1998/99 (crise cambial) e de 2008/09 (crise financeira internacional), o Brasil registrou importante desaceleração econômica, ambas relacionadas às crises de origem financeira.

Esta desaceleração econômica resultou no número de desempregados duas vezes maiores na década de 1980, o que teve como consequência também nos índices que apontam o nível de pobreza. Contudo, após a década de 1990 o número de pobres se elevou mais lentamente. Isso aconteceu de tal forma que entre os períodos de 1990 a 2009 os índices foram diminuindo, mesmo

havendo desaceleração econômica. Porém a taxa de desemprego ainda continuou apresentando aumento não acompanhando a evolução da taxa de pobreza.

Pochmann (2009) afirma por meio dessa análise que os índices de pobreza evidenciados nas regiões metropolitanas do Brasil desaceleraram, tendo um efeito de queda contínua registrada até abril de 2009. Pochmann (2009) ainda ressalta que este foi um período distinto em comparação aos períodos anteriores, onde foram registrados grande aumento da pobreza no país. O autor afirma que “as possíveis razões explicativas para a recente trajetória de pobreza metropolitana diversa de outros períodos analisados, encontram-se as políticas públicas” (POCHMANN, 2009, p. 4). Os fatores que asseguraram este cenário de retração dos índices foram a elevação do valor do salário mínimo além das políticas de transferência de renda, que garantem uma renda aos pobres.

A persistência da pobreza absoluta no Brasil está vinculada à desigualdade em relação ao rendimento familiar. Segundo Rocha (2003) a repartição intrafamiliar contribui para o agravamento da desigualdade original entre os indivíduos, tendo como consequência os coeficientes de Gini<sup>3</sup> um dos mais altos do mundo relacionado à distribuição de renda no país. A autora ainda ressalta as diferenças acentuadas que são encontradas entre as regiões, nas quais as diversas características das famílias e indivíduos pobres mudam conforme seu local de residência.

De acordo com a última pesquisa realizada pela ONU (2015), o Brasil se coloca na sétima posição do *ranking* da desigualdade no mundo em 2020 como mostra o quadro abaixo. Isso acontece, mesmo sendo um país que apresente imensos recursos naturais e como um dos maiores participantes na economia mundial.

RANKING DOS PAISES COM O MAIOR COEFICIENTE DE DESIGUALDADE E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA EM 2020 NO MUNDO	
PAÍSES	COEFICIENTE DE GINE
1. ÁFRICA DO SUL.	63
2. NAMÍBIA.	59,1
3. ZÂMBIA.	57,1
4. REPÚBLICA CENTRO-AFRICANA.	56,2
5. LESOTO.	54,2
6. MOÇAMBIQUE.	54
7. BRASIL.	53,3

Fonte: Elaboração Própria. Diário do Estado, 2020.

<sup>3</sup> O Índice de Gini, é um mecanismo para mensurar o grau de concentração de renda de um grupo de pessoas. Com ele conseguimos verificar a diferença de rendimentos entre os mais pobres e mais ricos. Sua forma de análise é apresentada de zero a um. Quando o valor for zero consideramos uma situação de igualdade, onde todos possuem rendas iguais e o valor um significa que uma só pessoa detém toda a riqueza (WOLFFENBÜTTEL, 2004).

Além disso, é importante mencionar dentro do cenário de pobreza no Brasil que as mulheres são atingidas duas vezes mais, pela insuficiência de renda pelo simples fato de serem mulheres, “sendo esta última uma variável importante e independente, criando uma correlação perversa entre a desigualdade social e a desigualdade de gênero da população brasileira” (HULLEN, BROTTTO, 2015, p. 4). Entre os fatores que influenciam este fato pode-se citar como exemplo a colocação da mulher no mercado de trabalho, a diferença de salário entre homens e mulheres, o nível dos cargos que ocupam, logo, que os cargos de chefia são a maioria ocupado por homens.

Sendo assim, ao abordar a pobreza no Brasil, os contextos a serem estudados vão além da questão econômica, sendo preciso também ressaltar fatores como gênero. Isto é importante para fundamentar e complementar o estudo da pobreza.

#### **4 Desigualdade entre homens e mulheres no âmbito da pobreza**

A condição de pobreza das mulheres está diretamente ligada com a sua inserção no mercado de trabalho. Ao longo de muitos anos as mulheres assumiram o papel apenas de esposa, mãe e dona do lar, enquanto seus maridos tinham o posto de chefe da casa e trabalhavam para sustentar seus lares. Este cenário começou a sofrer algumas alterações quando ocorreram as I e II Guerras Mundiais, nas quais as mulheres deixaram de cuidar apenas da casa e passaram a ocupar mais espaço no mercado de trabalho, passando a adiar seus projetos pessoais para conseguir se integrar no mercado de trabalho (PROBST, 2003, p. 2).

*A mulher não precisava e não deveria ganhar dinheiro. As que ficavam viúvas, ou eram de uma elite empobrecida, e precisavam se virar para se sustentar e aos filhos, faziam doces por encomendas, arranjo de flores, bordados e crivos, davam aulas de piano etc. Mas além de pouco valorizadas, essas atividades eram mal vistas pela sociedade. Mesmo assim algumas conseguiram transpor as barreiras do papel de ser apenas esposa, mãe e dona do lar, ficou, para atrás a partir da década de 70 quando as mulheres foram conquistando um espaço maior no mercado de trabalho (PROBST, 2003, p. 1).*

O mundo tem apostado na capacidade do trabalho feminino e as estatísticas mostram que as mulheres têm conseguido emprego com mais facilidade comparados às décadas anteriores da década de 1970, apresentando um crescimento com ritmo acelerado quanto aos seus rendimentos quando comparados aos dos homens. Sobre isso é importante destacar que a inserção da mulher no mercado de trabalho foi marcada pela discriminação de rendimentos do trabalho (PROBST, 2003). Estas diferenças perduraram ao longo do tempo (embora tenham

diminuído). Juntamente com a desigualdade de salários, as mulheres ainda enfrentaram jornadas mais extensas que a de muitos homens, se associar o trabalho doméstico exercido por elas.

Além disso, muitas mulheres também não conseguem contar com um trabalho digno, estando inseridas nas formas mais inseguras e precárias no trabalho, trabalham sem contrato formal e sem acesso a seguridade social, com salários que as inibem de saírem da pobreza. Elas assumem uma carga maior que a do homem quando se trata do trabalho não remunerado, já que elas têm que cuidar da casa e dos filhos, e isso conseqüentemente faz a mulher apresentar uma carga de horário maior também por ter que realizar o trabalho remunerado e o não remunerado (OXFAM, 2017).

A fim de alcançar os fatores que comprovem estas desigualdades existentes entre os gêneros, é possível analisar variáveis usadas para realizar os estudos que permitem fazer as comparações entre tais segmentos. Entre elas tem-se a renda, anos de estudos, a cor e a raça, o tipo de família e também as regiões territoriais do país. A renda é a variável que mais evidenciará a distinção quando salienta que a mulher recebe uma remuneração menor que a do homem no mercado de trabalho.

Segundo Lavinias (1996), existem desigualdades que são tipicamente de gênero e outras que ocorrem entre pobres e não-pobres independentemente do gênero. Segundo a autora, as desigualdades de gênero não são maiores entre os pobres, de maneira que as mulheres em geral, sendo pobre ou não pobres são afetadas pela desigualdade de gênero. A taxa de atividade das mulheres é inferior à dos homens sejam pobres ou não-pobres. O mesmo ocorre com a jornada de trabalho, apesar disso, o desemprego e as condições precárias de trabalho são mais evidentes entre as pessoas pobres. É no item rendimento de algumas mulheres que chamam atenção pela sua negatividade, pois considera-se que são apenas 5% de mulheres pobres comparados ao total de mulheres, e os 95% ficam para as mulheres não-pobres e mesmo assim ainda possuem uma renda considerada quatro vezes menor que a do homem (NOVELLINO, 2004).

A desigualdade priva mulheres de seus direitos básicos e oportunidades de vida, mulheres pobres possuem mais chances de se casarem na infância se expondo a maiores riscos a sua saúde sexual e são impedidas de estudar. Isso as torna mais propensas a não conseguir se sustentar em casos de crises econômicas, tornando o acesso a recursos extremamente reduzidos. As mulheres pobres sofrem com maior vulnerabilidade socioeconômica e política, pois deixam de haver seus direitos fundamentais não garantidos, fazendo com que elas passem por obstáculos em suas vidas (PUC MINAS, 2015).

Apesar do progresso que a mulher conquistou durante todos estes anos, sua situação ainda é desvantajosa, visto que as mulheres ainda precisam enfrentar diversas batalhas para se impor em igualdade aos homens e ainda assim enfrentam obstáculos. As mulheres carregam consigo o peso de serem mães, mulheres e donas de casa e associarem isso a uma profissão no mercado de trabalho.

Na sequência apresenta-se a metodologia do estudo e a análise dos resultados.

## **5 Metodologia de análise**

Para análise, foi utilizada como base de dados neste trabalho a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Para a análise de resultados foram utilizados os dados dos anos de 2004, 2009 e 2014. Os dados obtidos pela PNAD são oriundos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). As informações da população são obtidas evidenciando suas características socioeconômicas e demográficas, como educação, rendimento, trabalho, sexo, idade, etc. Tratam-se de informações coletadas nos domicílios selecionados em todo território nacional. Neste trabalho foram utilizados dados estabelecidos em forma de arquivos com informações de pessoas e domicílios disponibilizados pela PNAD.

Estes anos foram escolhidos porque são anos coerentes do ponto de vista da pobreza e da distribuição de renda, por se tratar de um período em que estava acontecendo políticas tais como a valorização do salário mínimo, que é consequência das conquistas da classe trabalhadora. Por exemplo, pode-se citar a 1ª Marcha pelo Salário Mínimo em Brasília<sup>4</sup> (VIECELI, 2019). A política de valorização do salário mínimo foi considerada um dos principais instrumentos para diminuição da desigualdade social, da pobreza, diminuição das desigualdades estruturais no mercado de trabalho, tais como gênero e raça, desde que entrou em vigor.

Outro fator que influenciou para a escolha dos anos analisados foi o aquecimento no mercado de trabalho com alto nível de emprego. A partir de 2004, o país volta a crescer apresentando um aumento do PIB de quase 5% anuais, com o apoio de uma conjuntura internacional favorável junto de uma política interna de distribuição de renda e fortalecimento do consumo. No final de 2008 o país foi atingido por uma crise internacional, obrigando o

---

<sup>4</sup> Em 2004, as centrais sindicais brasileiras projetaram mobilização para retomar o poder aquisitivo do salário mínimo. Este movimento se deu o nome de 1ª Marcha Nacional da Classe Trabalhadora, na qual reuniu milhares de pessoas em Brasília com o intuito de fortalecer a relevância econômica e social para a valorização do mínimo junto com o Poder Executivo e Legislativo. (BARBOSA, 2009).

governo a tomar medidas para minimizar seus efeitos, e após a recessão passada em 2009, em 2010 a economia alavancou em 7,5% sendo a maior desde a década de 1980, porém com uma recuperação curta que permaneceu por pouco tempo, colocando o país em uma fase de baixo crescimento desde então (SABOIA, 2014). Embora a crise econômica em 2009 e os rumos da economia tenham mudado a partir de 2014, ainda assim trata-se de um período coerente para análise do ponto de vista social.

Para a possível comparação dos índices de pobreza dos homens e das mulheres nos anos analisados, foi necessário levantar as seguintes variáveis: renda domiciliar *per capita*, anos de estudo, cor/raça, tipos de família, e após isso, foram analisadas todas as regiões do Brasil. Para alinhar o banco de dados extraído do PNAD foi utilizado o STATA, um programa estatístico que possibilitou a organização dos dados a fim de poder fazer uma análise minuciosa.

De modo a calcular a pobreza por gênero nos anos analisados foram computadas proporções de pobres. Para o cômputo das proporções de pobres foi utilizado o índice de Foster-Greer-Thorbecke (FGT) específico para mensurar a proporção de pobreza podendo obter tais informações e dados pela equação abaixo:

$$FGT = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^q \left( \frac{z - y_i}{z} \right)^\alpha$$

Em que  $q$  é o número de pobres, cuja renda é menor que a linha de pobreza.

$n$  é a população;

$z$  é a linha de pobreza;

$y_i$  é a renda *per capita* da  $i$ -ésima família; e

$\alpha$  é a aversão à pobreza, que quando é igual a 0 tem-se a proporção de pobres.

Foram utilizadas as linhas de pobreza calculadas pela pesquisadora Sonia Rocha. Estas linhas são calculadas com base em cestas de consumo nutricionalmente adequadas e as disponibiliza no site do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS). “A determinação das linhas de indigência e de pobreza no Brasil deve ter como base o consumo observado” (ROCHA, 2003, p. 50), tendo tal fator como base, para estipular a linha de pobreza calculada por Sônia, são usadas etapas simples e de fácil entendimento. Primeiro é necessário determinar as necessidades nutricionais da população em questão, em seguida estabelecer a cesta alimentar de

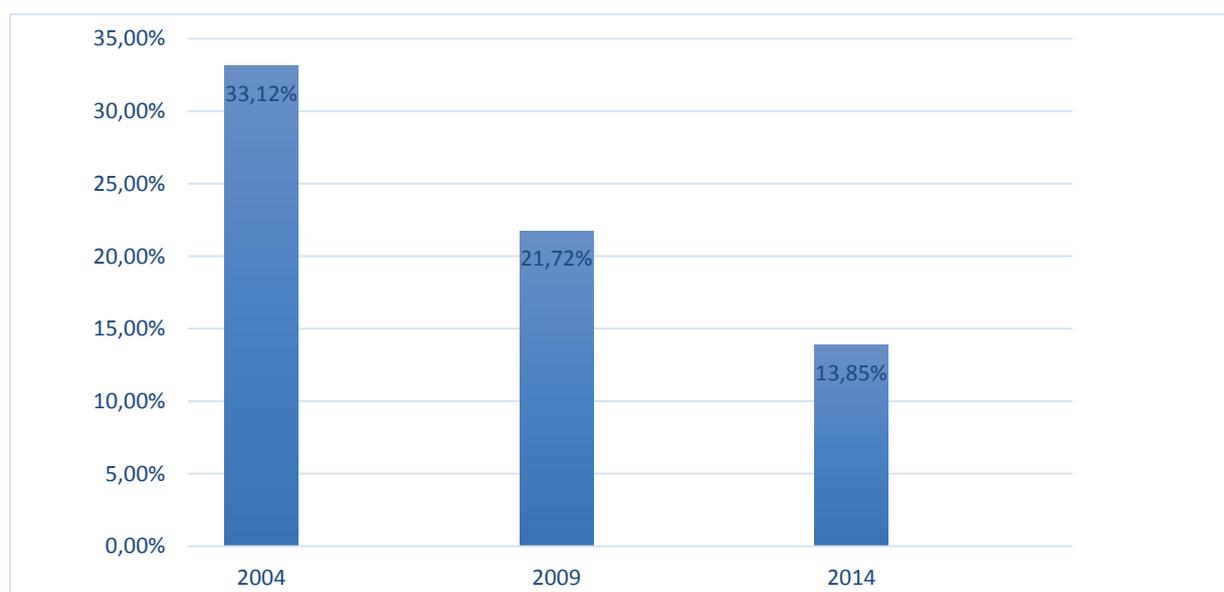
menor custo capaz de dar assistência às necessidades nutricionais e por fim estimar o consumo não-alimentar (ROCHA, 2003, p. 50).

## 6 Resultados

Por meio da PNAD, são levantadas variáveis que permitem identificar o nível de pobreza da população brasileira, considerando requisitos como educação, renda, raça/cor, mercado de trabalho e o tipo de família que estas pessoas encaixam. Além disso, é possível identificar também os índices de pobreza por região e pelo total da população abordando todos os quesitos mencionados.

A renda é a variável mais provável a ser analisada quando se trata de discriminação por gênero, haja vista que, quando se trata de fazer um levantamento sobre a pobreza entre gêneros, as diferenças entre homens e mulheres no mercado de trabalho ainda tem se destacado. Isso é importante, já que a renda do trabalho é uma relevante componente da renda domiciliar. Embora os índices tenham mostrado que esta diferença diminuiu com o passar dos anos, ainda assim é possível observar que a mulher representa um percentual de pobreza um pouco mais elevado do que dos homens. Neste trabalho, foi utilizada como variável chave para se medir a pobreza a renda domiciliar per capita (que inclui a renda do trabalho). No gráfico a seguir analisa-se as proporções de pobres como um todo no Brasil entre os anos de 2004 a 2014.

**Gráfico 1 – Proporções de pobres no Brasil nos anos de 2004, 2009 e 2014**

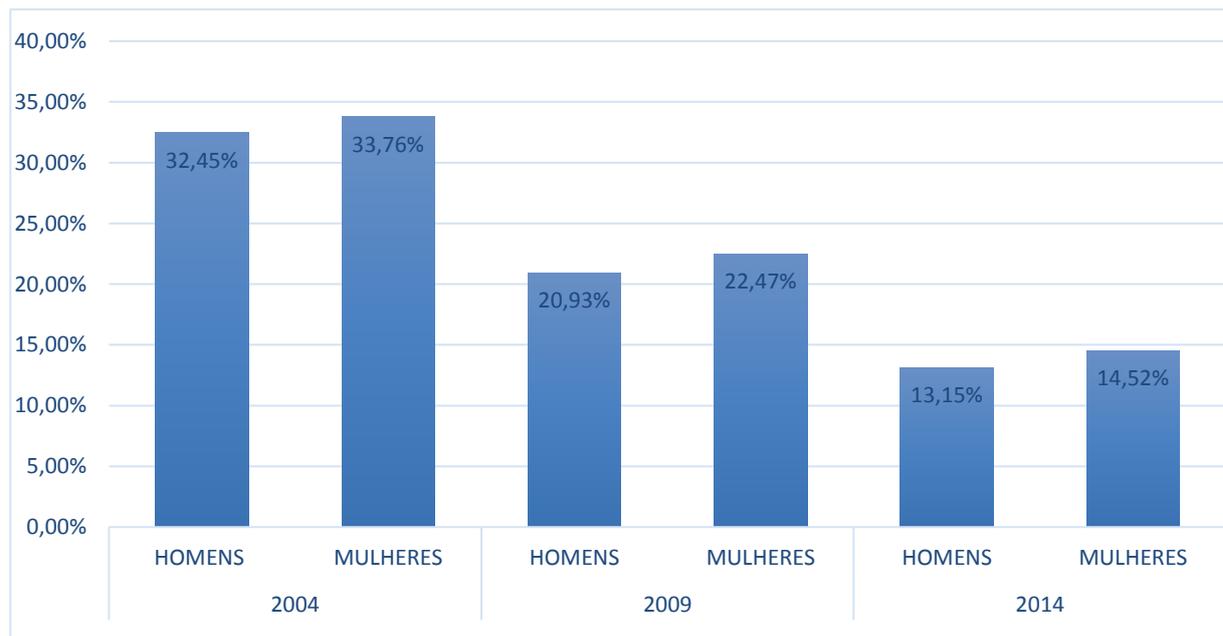


Fonte: Elaboração Própria. PNAD 2004, 2009, 2014 – Microdados.

Conforme o Gráfico 1 nota-se uma queda nas proporções de pessoas pobres no Brasil no período estudado. Esta proporção passou de 33,12% em 2004 equivalente a aproximados 60 milhões de pessoas em um total de 184 milhões da população brasileira para 21,72% em 2009, aproximado 42 milhões de pessoas em um total da população de 193,9 milhões de pessoas, chegando a 13,85% em 2014, em média de 28 milhões de 202,8 milhões da população total no ano em questão (Fontes: Banco Mundial, Departamento do Censo dos Estados Unidos, 2020). Apesar da queda, esta proporção de pobres ainda é elevada, já que indica um percentual relevante da população com sua condição de bem-estar comprometida pela insuficiência de renda. Essas pessoas não possuem atendimento às necessidades adequadas para obterem condições dignas de vida.

No Gráfico 2 apresentam-se as proporções de pobres conforme o gênero no período analisado.

**Gráfico 2 – Proporções de pobres no Brasil segundo o gênero nos anos de 2004, 2009 e 2014**



Fonte: Elaboração Própria. PNAD 2004, 2009, 2014 – Microdados.

No Gráfico 2 percebe-se que as proporções de mulheres pobres são mais altas que as proporções de homens pobres no Brasil nos anos analisados. Nota-se uma diminuição dessas proporções. As proporções de mulheres pobres passaram de 33,76% em 2004, para 22,47% em 2009 e depois para 14,52% em 2014 enquanto os homens apresentaram uma proporção de

32,45% em 2004, 20,93% em 2009 e chegou a 2014 com um percentual de 13,15%. Isso comprova que mais mulheres se encontravam na condição de pobreza do que os homens.

Na Tabela 1 estão apresentadas as proporções de pobres entre homens e mulheres conforme a cor ou raça.

**Tabela 1 – Proporção de pobres conforme a cor/raça entre homens e mulheres no Brasil (2004-2009-2014) – em %**

Grupo	2004		2009		2014	
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
Indígena	48,31	49,62	28,02	26,30	25,22	25,12
Branca	22,96	23,95	14,24	15,06	8,64	9,36
Preta	40,49	43,31	26,06	28,94	15,29	18,62
Amarela	14,62	18,38	10,30	9,98	5,39	7,41
Parda	42,34	44,88	27,05	29,91	16,99	19,10

Fonte: Elaboração Própria. PNAD 2004, 2009, 2014 – Microdados.

Ao analisar a Tabela 1 pode-se visualizar uma proporção de pobres dominante no ano de 2004 em todos os grupos, e ainda em 2014 as mulheres continuaram apresentando maior percentual de pobreza comparadas aos homens. Ao analisar os grupos de pessoas indígenas e brancas fazendo um comparativo por meio de uma variação de percentual, é possível notar que o grupo de indígenas teve uma queda nos índices de pobreza apresentados de 47,79% para homens e 49,37% para mulheres, enquanto o grupo de brancos apresentou uma queda de percentual bem acima comparado aos indígenas, isto é, uma queda de 62,36% aos homens e 60,89% para as mulheres. Isso evidencia a facilidade do grupo de brancos de conseguirem diminuir sua proporção de pobres no mesmo período de tempo. Mesmo havendo uma diminuição acentuada em seu percentual, logo após ao grupo de pessoas indígenas, os grupos de pessoas pardas e pretas continuam sendo um dos grupos que apresentam maiores percentuais de pobres. Analisando os dados da tabela obtemos que em 2004 a proporção de pobres no grupo de mulheres pretas era de 43,31% reduzindo para 18,62% dez anos depois enquanto os homens passaram de 40,49% em 2004 para 15,29% em 2014, e no grupo de mulheres pardas, as proporções passaram de 44,88% em 2004 para 19,10% em 2014 enquanto a proporção dos homens foi de 42,34% em 2004 para 16,99% em 2014.

A partir dos anos de 2000 as cotas raciais passaram a ter mais visibilidade no Brasil, isto garantiu a muitas pessoas o acesso à educação e ao mercado de trabalho. Estas cotas não ficaram delimitadas somente aos negros, mas deram a possibilidade também aos indígenas e também dentre outras raças, cor e condições sociais (POLITIZE, 2016). Na tabela foi possível observar que entre os anos de 2004 a 2014 houve uma queda significativa no nível de pessoas consideradas pobres de acordo com sua declaração da raça, apresentando uma queda de menos da metade dentro destes 10 anos analisados.

Na Tabela 2, tem-se as proporções de pobres segundo o gênero de acordo com as regiões geográficas nos anos analisados.

**Tabela 2 – Proporção de pobres entre homens e mulheres conforme as regiões brasileiras (2004-2009-2014) – em %**

Grupo	2004		2009		2014	
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
NORTE	32,29	35,61	23,35	25,61	16,06	18,69
NORDESTE	48,16	48,85	32,65	34,41	20,66	21,99
SUDESTE	28,15	29,55	17,19	18,62	11,18	12,50
SUL	14,49	15,12	7,35	7,91	3,73	4,40
CENTRO-OESTE	32,51	35,74	20,77	23,47	10,81	12,59

Fonte: Elaboração Própria. PNAD 2004, 2009, 2014 – Microdados.

A Tabela 2 traz as proporções de pobres nas regiões do país. De acordo com dados da tabela, o Nordeste sempre se destacou quando se trata das proporções de pobres, uma região que apresentou uma proporção de pobres de quase a metade da população em 2004 com um percentual de 48,85% das mulheres e 48,16% dos homens, passando para 21,99% entre as mulheres e 20,66% entre os homens em 2014, apesar de ter avançado na última década, o Nordeste ainda continua representando a região mais pobre do país, as situações precárias da região e a má distribuição de renda, deu a região esta classificação. Em oposição, a região sul apresentou desde 2004 menores proporções de pobres tanto para homens quanto para as mulheres, chegando a um percentual de apenas 3,73% dos homens e 4,40% das mulheres no ano de 2014.

O nível de pobreza também pode ser compreendido conforme a inserção no mercado de trabalho. Na Tabela 3 podem ser visualizadas as proporções de pobres por gênero considerando o mercado de trabalho.

**Tabela 3 – Proporção de pobres entre homens e mulheres conforme participação no mercado de trabalho (2004-2009-2014) – em %**

GRUPO	2004		2009		2014	
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
Ocupados	23,65	21,94	13,44	12,27	07,45	06,83
Desocupados	54,24	53,16	41,01	40,68	33,52	30,31
Não economicamente ativo(a)	33,45	33,94	23,46	24,01	15,71	16,27

Fonte: Elaboração Própria. PNAD 2004, 2009, 2014 – Microdados.

De acordo com Probst (2003) as mulheres enfrentam preconceito, discriminação, auferem menores rendas e ocupam os piores postos de trabalho. Apesar disso, as proporções de pobres entre os homens que estão inseridos no mercado de trabalho são ligeiramente mais elevadas que das mulheres. Esses fatores podem ser justificados em razão do menor número de mulheres no mercado de trabalho em relação aos homens. Entre a população não economicamente ativa, as proporções de mulheres pobres (16,27% em 2014) superam as dos homens (15,71% em 2014). Nota-se que a redução das proporções de pobres entre as pessoas ocupadas pode ser reflexo da política de valorização do salário mínimo.

Na Tabela 4 podem ser visualizadas as proporções de pobres por gênero conforme a escolaridade.

**Tabela 4 – Proporção de pobres conforme o grau de escolaridade entre homens e mulheres no Brasil (2004-2009-2014) – em %**

Grupo	2004		2009		2014	
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
Sem instrução e menos de 1 ano	47,84	46,42	33,60	32,82	21,58	21,79
1 ano	48,09	47,45	32,46	33,79	20,91	21,13
2 anos	42,37	43,32	28,39	29,14	18,86	19,10
3 anos	38,91	41,58	26,65	28,40	17,81	18,14
4 anos	31,44	33,75	21,38	22,23	13,29	13,79
5 anos	34,94	40,80	24,13	28,52	16,01	19,32
6 anos	34,03	41,55	24,13	30,27	16,91	20,55
7 anos	31,72	39,24	21,68	28,47	14,09	19,84
8 anos	24,81	29,43	15,93	21,44	11,01	15,71
9 anos	24,70	32,72	16,90	24,26	12,88	18,52
10 anos	21,61	28,83	15,27	20,98	9,99	14,63
11 anos	13,17	16,92	9,06	13,08	6,55	9,77
12 anos	3,32	6,58	4,55	6,81	4,48	5,73
13 anos	2,95	5,82	3,30	4,02	2,52	3,98
14 anos	2,92	3,63	3,10	2,49	2,53	2,94
15 anos ou mais	1,75	1,63	1,93	1,91	1,44	1,59
Não determinados	26,46	29,93	17,84	27,01	15,48	20,22

Fonte: Elaboração Própria. PNAD 2004, 2009, 2014 – Microdados.

Conforme os dados apresentados na Tabela 4, observa-se que quase metade da população que não possuíam escolaridade eram pobres no Brasil no ano de 2004. Neste nível de escolaridade haviam mais homens na situação de pobreza (47,84%) do que mulheres (46,42%). Apesar disso, houve uma queda dessa proporção em 2014 para 21,58% entre os homens e 21,79% entre as mulheres.

Outro fator importante é que as proporções de pobres entre homens e mulheres reduz à medida que se aumenta o nível de escolaridade. Analisando os dados da proporção das pessoas que concluíram o ensino médio, isto é, que apresentaram de 9 a 10 anos de estudos, é possível identificar que os homens têm menores índices de pobreza do que as mulheres. Durante os anos abordados a mulher apresentou uma proporção de desvantagem considerável comparada ao homem e por vezes apresentaram proporções 5% superiores observando os três anos analisados. Já na formação superior, que ocorre com 15 ou mais anos de estudos, é possível identificar um percentual menor para as mulheres nos anos de 2004 e 2009.

**Tabela 5 – Proporção de pobres conforme o tipo de família associado às mães chefes de família no Brasil (2004-2009-2014) – em %**

	2004	2009	2014
Grupo			
Mãe com todos os filhos menores de 14 anos	65,17%	54,47%	44,03%
Mãe com todos os filhos de 14 anos ou mais	22,92%	15,34%	10,29%
Mãe com filhos menores de 14 anos e de 14 anos ou mais	59,18%	51,14%	40,63%

Fonte: Elaboração Própria. PNAD 2004, 2009, 2014 – Microdados.

Na Tabela 5 analisa-se a proporção de pobres entre as mulheres consideradas mães solteiras de acordo a idade de seus filhos. É possível reconhecer que a idade que seus filhos possuem, geram uma consequência na colocação social financeira da mulher e pode-se firmar esta informação de acordo com os dados da tabela, que mostram que mães com filhos menores de 14 anos apresentaram maior proporção nos três anos analisados, tendo um percentual de 65,17% em 2004, enquanto mães com filhos maiores de 14 anos ocupavam um percentual de apenas 22,92% no mesmo ano. Além disso, as mães com filhos maiores de 14 anos tiveram uma queda de mais da metade nos índices de pobreza entre o ano de 2004 a 2014, passando de 22,92% para 10,29%, já o grupo das mães com filhos menores de 14 anos constatou uma pequena diminuição de proporção passando de 65,17% em 2004 para 44,03% em 2014.

Observa-se que as mães que criam seus filhos sozinhas e estes têm abaixo de 14 anos, é o grupo de família que mais sofre com a pobreza. Geralmente muitas dessas mães não contam com a contribuição de pensões, deixam seus filhos em creches para poder trabalhar e sustentá-los. Este perfil de mulher, que geralmente não tem as mesmas oportunidades que as mulheres sem filhos têm no mercado de trabalho, acabam aceitando cargos menos qualificados e menos remunerados a fim de dar o sustento aos seus filhos. Conforme foi citado anteriormente, ao enfrentar o cuidado com a casa e com os filhos, as mulheres possuem uma carga horário de trabalho elevada, realizando além do trabalho remunerado para garantir o sustento paralelamente ao trabalho não remunerado (OXFAM, 2017). Além disso, o fato de terem que cuidar de filhos pequenos dificultam sua inserção no mercado de trabalho e a obtenção de renda.

De modo geral as mulheres apresentaram em todos os anos uma porcentagem maior que a dos homens. Isso comprova que independente da região em que vivem, da sua auto declaração de cor elas sempre viveram em desvantagem de renda e pobreza em relação ao homem.

## 7 Considerações Finais

O presente estudo teve como finalidade realizar uma análise comparativa nas proporções de pobres entre gêneros abordando variáveis como escolaridade, cor/raça, tipos de famílias, inserção no mercado de trabalho e as proporções de pobres nas regiões brasileiras. O estudo procurou evidenciar se a mulher apresenta maiores índices de pobreza que do homem. Para alcançar os resultados obtidos foi utilizada a PNAD, analisando os dados dos anos de 2004, 2009 e 2014.

Após calcular as proporções de pobres e analisar os dados obtidos, foi possível concluir que houve uma queda nas proporções de pessoas pobres no Brasil durante o período estudado, que reduziu para menos da metade do percentual em comparação ao ano inicial estudado. Apesar disso, ainda há uma proporção elevada de pobres no Brasil.

Ao analisar a proporção de pobres em relação aos gêneros foi possível concluir que no decorrer dos três anos analisados a mulher apresentou maiores percentuais de pobreza em relação ao homem, levando a conclusão de que a mulher, em geral, de fato é mais afetada pela pobreza que o homem.

Analisando as regiões do Brasil, foi possível identificar que o Nordeste é quem mais sofre com a pobreza. Em 2004 quase a metade da população eram pobres, e mesmo após dez anos essa se mostrou a região mais pobre do país. Foram apresentados também as proporções de pobres ressaltando as raças. Concluiu-se que as pessoas brancas sempre ocuparam uma menor proporção de pobreza enquanto os indígenas ocuparam uma proporção maior.

Para complementar este estudo, foram estudadas as proporções de pobres conforme a inserção no mercado de trabalho. Notou-se que as proporções de pobres entre as mulheres que estão fora do mercado de trabalho foram superiores às dos homens. Além disso, foi analisado o grau de escolaridade que apontou que em 2004 quase a metade da população sem instrução eram pobres e que mesmo concluindo o ensino médio a proporção de mulheres pobres era bem mais elevada quando comparadas às dos homens.

Foi observado também os tipos de famílias, comparando mães chefes de família com filhos maiores e menores de 14 anos. Constatou-se que mães com filhos menores de 14 anos mesmo com o passar dos anos continuaram representando índices de pobreza alta no ano de 2014 enquanto entre mães com filhos maiores de 14 as proporções de pobres eram de 10,29%.

Levando em consideração todas as variáveis estudadas, na maior parte dos dados evidenciou-se que a mulher apresentou maiores índices de pobreza, obtendo índices menores que os dos homens somente entre as que participavam do mercado de trabalho e entre aquelas com 15 ou mais anos de estudo. Com base em todos os dados examinados é possível chegar à conclusão de que as mulheres são mais afetadas pela pobreza do que os homens, e esta hipótese se comprova diante de todas as informações apresentadas por meio deste. Informações que nos mostram a realidade da mulher no decorrer dos anos, condições enfrentadas por elas para conseguirem se encaixar no mercado de trabalho e conquistar seus direitos, e ainda sim se encontrar em posição de desvantagem, com dificuldades de alcançar seus objetivos simplesmente por serem mulheres.

## 6 Referências Bibliográficas

**ARAÚJO, Felipe.** Linha de pobreza. **Info Escola**, 2020. Disponível em:

<https://www.infoescola.com/sociologia/linha-de-pobreza/>. Acesso em: 30 mar. 2021.

MUNDIAL, Banco; UNIDOS, Departamento do Censo dos Estados. **Total da população.** 2004, 2009, 2014. Disponível em:

<https://www.google.com/search?q=total+popula%C3%A7%C3%A3o+brasileira&og=t&aqs=chrome.69i59j0i131i433j69i57j0i131i433j0i433j0i131i433j0i131i433j0i433j0.1498j0j15&sourceid=chrome&ie=UTF-8>. Acesso em: 31 mar. 2021.

**BARBOSA, Roni Anderson.** Todos a Brasília pelo trabalho decente no serviço público e no setor privado. **SISMMAC**, 2009. Disponível em:

<https://www.sismmac.org.br/noticias/3/geral/571/todos-a-brasilia-pelo-trabalho-decente-no-servico-publico-e-no-setor-privado!>. Acesso em: 07 mar. 2021.

BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. **A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil.** IPEA. Rio de Janeiro, n. 800, jun. 2001.

BARROS, Ricardo Paes de; MENDONÇA, Rosane Silva Pinto de; DUARTE, Renato Pacheco Nogueira. **Bem-estar, pobreza e desigualdade de renda: uma avaliação da evolução histórica e das disparidades regionais.** IPEA. Rio de Janeiro, n. 454, p.35, jan. 1997.

HULLEN, Angélica Cristina Nagel; BROTTTO, Márcio Eduardo. **Pobreza e desigualdade no Brasil: para além das políticas de redistribuição, a necessidade das políticas de reconhecimento como forma de combate à pobreza e desigualdade de gênero.** 2015.

IETS. Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade. Disponível em: <https://www.iets.org.br/spip.php?rubrique1>. Acesso em: 2 fev. 2021.

KAGEYAMA, Ângela; HOFFMANN, Rodolfo. **Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. Economia e Sociedade**. Economia e Sociedade, Campinas, v. 15, n. 1 (26), p. 79-112, jan./jun. 2006.

LAVINAS, Lena. **As mulheres no universo da pobreza, o caso brasileiro**. Revista Estudos Feministas, Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, v. 4, n. 2, 1996.

MINAS, **Minionu Puc**, Mulheres e a pobreza, BEIJING, 2015. Disponível em: <https://minionupucmg.wordpress.com/2017/09/19/mulheres-e-a-pobreza/>. Acesso em: 07 mar. 2021.

NOVELLINO, Maria Salet Ferreira. Os estudos sobre feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres. **ABEP**. Caxambu, p. 6, 2004). Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/viewFile/1304/1268>. Acesso em: 10 fev. 2021.

**OXFAM Brasil**. Porque há mais mulheres que homens pobres no mundo? 07 mar. 2017. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/noticias/por-que-ha-mais-mulheres-que-homens-pobres-no-mundo/>. Acesso em: 10 fev. 2021.

PIZZIO, Alex. **O que define os pobres como pobres: controvérsias acerca do conceito de pobreza**. Revista Ágora, Salgueiro-PE, v. 5, n. 1, p. 96-117, 2010.

PNAD. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios: microdados**. Rio de Janeiro: IBGE, 2004, 2009 e 2014. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10 out. 2006.

POCHMANN, Marcio. **Pobreza e crise econômica: o que há de novo no Brasil metropolitano**. IPEA. Rio de Janeiro, 2009.

POLITIZE. **Cotas raciais no Brasil: o que são?** 2016. Disponível em: <https://www.politize.com.br/cotas-raciais-no-brasil-o-que-sao/>. Acesso em: 31 mar. 2021.

PROBST, Elisiana Renata; RAMOS, Paulo. **A evolução da mulher no mercado de trabalho**. Santa Catarina: Instituto Catarinense de Pós-Graduação, p. 1-8, 2003.

VASCONCELOS, Lia. **Sociedade – As dimensões da pobreza**. IPEA Brasília. Ano 4, edição 30, 11 jan. 2007. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1132:repositorios-materias&Itemid=39](https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1132:repositorios-materias&Itemid=39). Acesso em: 30 mar. 2021.

REDAÇÃO. Os 10 países mais desiguais do mundo. **Diário do Estado**. 20 out 2020. Disponível em: <https://diariodoestado.com.br/os-10-paises-mais-desiguais-do-mundo-78146/>. Acesso em: 30 mar. 2020.

ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?** FGV Editora. Rio de Janeiro, v. 3ª edição, 2003.

SABOIA, João. Baixo crescimento econômico e melhora do mercado de trabalho – Como entender a aparente contradição? **SciELO**, São Paulo, v. 28, n. 81, maio/ago. 2014. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142014000200008](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142014000200008). Acesso em: 9 fev. 2021.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, José Jaime; BRUNO, Miguel Antônio Pinho; SILVA, Denise Britz do Nascimento. **Pobreza multidimensional no Brasil: uma análise do período 2004-2015**. Brasil. J. Polít. Econ., vol.40, no.1, São Paulo, jan./mar. 2020.

VIECELI, **Cristina Pereira**. Valorização do Salário Mínimo como instrumento de inclusão social e diminuição das desigualdades de gênero. **DMT em Debate**, 2019. Disponível em: <http://www.dmtemdebate.com.br/valorizacao-do-salario-minimo-como-instrumento-de-inclusao-social-e-diminuicao-das-desigualdades-de-genero/>. Acesso em: 9 fev. 2021.

WOLFFENBÜTTEL, **Andréa**. O que é? - Índice de Gini. **IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. 01 nov. 2004. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&id=2048:catid=28](https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28) Acesso em: 07 mar.2021.